

# NUTRIÇÃO INFANTIL NO AMBIENTE RURAL DO BRASIL: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Fernanda Lise<sup>1</sup>

## RESUMO

A nutrição infantil é considerada fundamental para a promoção e proteção da saúde da criança, o que permite o pleno potencial de crescimento e desenvolvimento, com qualidade de vida e cidadania. Com o objetivo de caracterizar a produção científica do conhecimento a respeito da nutrição infantil no ambiente rural no período de 2001 a 2006, realizou-se este. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura na base de dados MEDLINE. Diante dos resultados obtidos destacou-se a escassa produção brasileira a respeito da temática estudada demonstrando a carência de conhecimento sobre a realidade da nutrição infantil no meio rural, os artigos analisados apresentaram que os problemas nutricionais são mais frequentes no meio rural que no ambiente urbano; evidenciaram a importância da habitação e suas características como fatores de risco da ocorrência de desnutrição infantil; como fatores de risco para a nutrição infantil: o desmame precoce, a introdução de alimentos inapropriados, e insuficiente consumo de alimentos que são fontes de ferro. Fatores econômicos, sociais, biológicos e ambientais (renda, baixa produtividade agrícola, condições de moradia, tipo de construção, o grau de ocupação e saneamento) foram citados como fatores de risco à saúde infantil.

**Palavras-chave:** Nutrição Infantil; Transtornos da Nutrição Infantil; População rural.

## ABSTRACT

**Children's nutrition in the rural environment of Brazil: a literature review.**

The children's nutrition is considered basic for the promotion and protection of the health of the child, what it allows to the full potential of growth and development, with quality of life and citizenship. With the objective to characterize the scientific production of the knowledge regarding the children's nutrition in the rural environment in the period for 2001 to 2006 this was become fulfilled. The used methodology was the revision of literature in the database MEDLINE. Ahead of the gotten results it was distinguished scarce Brazilian production regarding the thematic one studied demonstrating the knowledge lack on the reality of the children's nutrition in the agricultural way, the analyzed articles had presented that the nutritionist

---

<sup>1</sup> Enfermeira. Rua Cel. Romeu Rodrigues da Cruz, 110, CEP: 91750270, Jardim Vila Nova, Porto Alegre, RS, Brasil.

problems are more frequent in the agricultural way than in the urban environment; they had evidenced the importance of the habitation and its characteristics as factors of risk of the occurrence of children's malnutrition; as factors of risk for the children's nutrition: it weans it precocious, the inappropriate food introduction, and insufficient food consumption that is iron sources. Economic, social, biological and ambient factors (income, low agricultural productivity, conditions of housing, type of construction, the degree of occupation and sanitation) had been cited as factors of risk to the children's health.

**Key-words:** Children's Nutrition; Upheavals of the Children's Nutrition; Agricultural Population.

## INTRODUÇÃO

A população rural está distribuída por todo o território nacional, e apresenta características culturais, étnicas e regionais diversas. Esta população é formada por agricultores familiares, trabalhadores rurais assalariados, ou em regime de trabalho temporário, trabalhadores rurais assentados, e ainda por aqueles que não têm acesso a terra, populações que residem em comunidades remanescentes de quilombos, em reservas extrativistas, populações ribeirinhas, trabalhadores que moram na periferia das cidades, mas que trabalham no campo (Brasil, 2004).

Dados do censo demográfico de 2002 informaram que 18% da população brasileira vivem em áreas rurais, esta que na década de 50 era de 65%, decaiu após o processo de industrialização e de crescimento das cidades (IBGE, 2007). Porém, esta população continua sofrendo com adversidades ligadas ao meio ambiente (seca, aridez da terra, geadas, enchentes), e ainda com a falta de ações governamentais que garantam o acesso à educação, saneamento e saúde (Brasil, 2004).

A dificuldade de acesso aos serviços de saúde é uma realidade no meio rural que aumenta a vulnerabilidade das crianças ao adoecimento (Monteiro, 2000). Sem o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil não é possível avaliar como o ambiente está influenciando a saúde da criança, pois, se as condições em que vive apresentam-se desfavoráveis, muitas vezes, esta condição está sendo propiciada pela diminuição do suprimento alimentar (Engel *et al.*, 1996).

De acordo com Organização Mundial da Saúde (OMS) a desnutrição infantil é considerada um dos mais importantes problemas de saúde mundial, especialmente para os países em desenvolvimento, estima-se que 29% das mortes de crianças entre 0 e 4 anos estejam associadas à desnutrição (Brasil, 1999). Esta é definida por Monte (2000), como uma síndrome carêncial que reúne várias manifestações clínicas, antropométricas e metabólicas, as quais são intimamente relacionadas à intensidade

e a duração da deficiência alimentar, dos fatores patológicos e da fase de desenvolvimento biológico do ser humano.

No conceito de Batista Filho (2003) a nutrição é um processo mecânico e bioquímico que o organismo vivo utiliza para transformar as substâncias sólidas e líquidas exteriores de que precisa. Por outro lado, a alimentação é definida pelo mesmo autor como “um processo voluntário e consciente, influenciado por fatores culturais econômicos e psicológicos, mediante o qual o ser humano consome um conjunto de determinados produtos naturais ou artificiais para o suprimento de suas necessidades biológicas de material e energia a partir do meio externo”.

Sabe-se que a alimentação e a nutrição infantil são integrantes fundamentais para a promoção e proteção da saúde da criança, o que permite o pleno potencial de crescimento e desenvolvimento, com qualidade de vida e cidadania (Brasil, 2002). O crescimento é um dos melhores indicadores de saúde da criança, o qual sofre influências dos fatores intrínsecos (genéticos) e extrínsecos (ambientais), dentre os quais destacam-se a alimentação, o acesso a saúde, higiene, habitação e cuidados gerais que atuam acelerando ou retardando este processo; conforme Romani, Lira (2004), ao comparar crianças de etnias distintas, estas apresentaram curvas de crescimento semelhante quando as condições ambientais foram as mesmas.

É possível avaliar as condições nutricionais das crianças por meio de três índices antropométricos, ou seja, combinando valores de peso e estatura, peso e idade, e estatura e idade, e ainda o sexo de cada uma delas (Monte, 2000).

Em decorrência da necessidade de identificar os problemas nutricionais e assim prevenir sua repercussão negativa sobre a saúde, fez com que a avaliação do estado nutricional das crianças se tornasse uma prática difundida em diversos países. Na tentativa de se conhecer a realidade do Brasil foram realizados três estudos sobre nutrição que são: Estudo Nacional de Despesa Alimentar (1974-1975); Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (1989) e a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (1995-1996) (Benfam, 1997).

Todos esses estudos foram realizados através de inquéritos domiciliares a uma amostra da população urbana e rural. Estes revelam a que as condições nutricionais no meio rural são muito desfavoráveis quando comparado com as da área urbana em decorrência das piores condições de vida (Brasil, 2004), o que justifica a afirmação de que a desnutrição infantil no Brasil é eminentemente rural (Monteiro, 2000).

É com base nos estudos das décadas de 70, 80 e 90 que o Ministério da Saúde vem desenvolvendo ações de planejamento, visto que o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) que deveria servir de suporte não vem sendo eficaz, conforme indica o Relatório de gestão da Coordenação da Vigilância Alimentar e Nutricional (Brasil, 2005).

Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de realizar uma revisão da literatura nacional no período de 2001 a 2006, referentes à nutrição infantil no ambiente rural, caracterizando a produção do conhecimento no assunto.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa, que se propôs avaliar as pesquisas publicadas com a temática da nutrição infantil no meio rural em três periódicos brasileiros, classificados como Qualis C internacional.

Os critérios para seleção foram: 1- artigos que abordassem a problemática da nutrição infantil no meio rural; 2- artigos indexados nos no banco de dados LILACS.

A coleta dos dados fora realizada no primeiro semestre de 2007 através de levantamento bibliográfico na BIREME: no banco de dados LILACS (Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde) o qual é um banco de dados cujo acesso pode ser feito “On Line” através da BIREME Centro Latino Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde ou de CD ROM cuja periodicidade é quadrimestral. Para a busca bibliográfica utilizou-se dos termos em língua portuguesa.

Os descritores ou palavras chaves utilizadas para este levantamento bibliográfico no LILACS foram “Nutrição infantil no meio rural” e “Desnutrição infantil no meio rural”. Após a aquisição de cópias dos artigos que fizeram parte da amostra, foram realizadas a leitura e interpretação dos artigos e o preenchimento do instrumento para coleta dos dados para análise posterior. A análise dos artigos foi quantitativa para caracterização da amostra segundo as variáveis de interesse.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados coletados nos periódicos indexados no referido banco de dados, foram identificados no período de 2001 a 2006, apenas três artigos publicados. Em geral, os artigos tinham entre dois e no máximo seis autores docentes de universidades e pesquisadores de programas de pós-graduação. Constatou-se que dois dos artigos foram extraídos de dissertações de mestrado um de trabalhos de disciplina de curso de pós-graduação.

Para a análise da titulação dos autores, foi considerado o primeiro autor de cada artigo analisado. A titulação dos autores em sua maioria foi a de doutor e os demais mestres, a maioria dos estudos realizados encontra-se na área das Ciências Sociais e um na área das Ciências Saúde.

Quanto ao local de coleta, os trabalhos foram realizados na região Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste do país. A abordagem metodológica predominante foi estudo do tipo survey (levantamento) e exploratório-descritivo. Destes dois foram realizados através de coleta de dados em campo, e um utilizou dados do banco de dados do Ministério da Saúde (DATASUS).

Os artigos analisados apresentaram como fatores de risco para a desnutrição infantil o desmame precoce, a introdução de alimentos inapropriados, insuficiente consumo de alimentos que são fontes de ferro, os quais estão ligados aos fatores econômicos, sociais, biológicos e ambientais (renda, baixa produtividade agrícola, condições de moradia, tipo de construção, o grau de ocupação e saneamento). Estes fatores são definidos como elementos que, quando presente, determinam o aumento da probabilidade de surgimento de problemas ou como um fator que aumenta a vulnerabilidade das pessoas ou grupos de desenvolver determinada doença ou agravo à saúde (Grizenko e Fischer, 1992).

A necessidade de identificar os problemas nutricionais infantis para prevenir sua repercussão negativa, tornou-se uma ação preconizada pelo Ministério da Saúde, através da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), criada em 1999, com o objetivo de garantir e promover a seguridade alimentar e nutricional (Brasil, 1999).

As principais temáticas abordadas foram, educação para a promoção de saúde infantil, modernização rural e suas influências epidemiológicas e nutricionais, e as condições de moradia como preditores de riscos nutricionais no meio rural. E as variáveis estudadas foram peso/idade, estatura/idade, tempo de aleitamento materno exclusivo, práticas alimentares e vacinação. E entre as variáveis independentes estão às relativas ao domicílio (tipo de parede, piso, teto, número de moradores por cômodo, tipo de abastecimento de água, tipo de esgotamento sanitário, tratamento de água e destino do lixo).

Identificou-se nos estudos que os problemas nutricionais são mais frequentes no meio rural que no ambiente urbano, com prevalência de um estado de pobreza generalizada no primeiro (Rissin *et al.*, 2006). Conforme Batista Filho e Rissin (2003) verificaram a prevalência de desnutrição crônica no meio rural apresentou diferenças assustadoras com a cidade, de 52% em 1975 passou para 80% em 1989 e chegou a 145% em 1996.

Segundo Coelho *et al.* (2005) baseado em estudo realizado em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 7,6% das crianças de zero a cinco anos no meio rural apresentaram déficit nos índices peso/idade e estatura/idade, 47,5%, baixa concentração de hemoglobina e 96% infestação parasitária e

ainda 34% estavam com a vacinação atrasada. Neste mesmo estudo, identificou-se que o tempo de aleitamento materno exclusivo foi de 30 dias, e que o consumo de alimentos com fontes ricas em ferro é inadequado.

É a deficiência de ferro a causa da anemia, a qual vem aumentando nas últimas décadas, acometendo cerca de dois bilhões de pessoas, sendo que as crianças e gestantes são o grupo de maior vulnerabilidade a esta carência, em virtude do aumento das necessidades pelo crescimento acentuado dos tecidos (Silva *et al.*, 2002).

Em estudo realizado por Perestrello e Martins (2003) no Vale do Paraíba, Estado de São Paulo foram aferidos os impactos da modernização rural entre 1979 a 1999 na nutrição, e conclui-se que o consumo de carne é esporádico, predominando o consumo de fibras na dieta da população. Observaram-se algumas mudanças no passar dos anos, por exemplo, a gordura de porco foi substituída pelo óleo vegetal e a utilização do açúcar mascavo também fora substituído. A farinha de milho e o macarrão pouco consumido na atualidade pela deteriorização. Conforme observado, a modernização agrícola, que prometia a erradicação da fome não contribuiu para a emancipação dos trabalhadores rurais.

Os resultados obtidos em pesquisa no do Estado de Pernambuco evidenciaram a importância da habitação e suas características como fatores de risco da ocorrência de desnutrição infantil, caracterizando-se como um alerta a saúde pública por expor a criança às adversidades nutricionais os quais expressam-se no crescimento, pois, na medida que aumenta o número de habitantes por cômodo aumenta as chances de desnutrição. Os dados relacionados às moradias rurais demonstraram ser em geral pobres, mas, em se tratando de seus elementos básicos como os tipos de piso, parede e teto e condições de saneamento, concluiu-se que estes não oferecem riscos nutricionais de forma significativa (Benício e Monteiro, 1997; Rissin *et al.*, 2006).

Os estudos sobre saúde e nutrição no Brasil são considerados escassos na área urbana, quando projetados para a área rural isto se torna ainda mais complexo, pois, demandam uma estrutura operacional para sua realização, requerendo alta soma de recursos financeiros, nem sempre disponíveis ou priorizados. Isto fica claro no número restrito de publicações, demonstrando a carência de conhecimento sobre a realidade da saúde e da nutrição infantil no meio rural no país, esta que é um elemento essencial na proteção da saúde da criança, e sofre influência de inúmeros fatores ligados ao ambiente em que a criança se insere. Pode-se verificar que estes fatores vão além da carência alimentar, mas está diretamente ligado às condições socioeconômicas, culturais e emocionais da família, visto que, a criança depende do responsável por ela, e conseqüentemente das alternativas encontradas por estes para suprir suas necessidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma realidade pouco explorada conforme pode-se verificar com a baixa produção científica, as informações obtidas demonstraram claramente as condições precárias de vida e de exclusão social que vivem as crianças no meio rural o que influencia a vulnerabilidade ao adoecimento e retardo do crescimento e desenvolvimento.

Ressalta-se que, passados mais de dez anos do último inquérito nacional, o país encontra-se carente de informações que possam retratar a atual situação da nutrição infantil para que seja possível direcionar ações para a realidade das famílias que vivem no meio rural.

As informações que retratam este contexto de vida das crianças no meio rural servem de incentivo para a realização de outros estudos para o entendimento da saúde infantil, e para o subsídio para políticas e ações voltadas a população deste meio, considerando suas necessidades culturais e de acesso aos serviços, proporcionando um crescimento e desenvolvimento infantil satisfatório.

## REFERÊNCIAS

BATISTA FILHO, M. 2003. Alimentação, nutrição e saúde. In: ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia e Saúde**. 6 ed. Rio de Janeiro: Medsi, p. 389-414.

BATISTA FILHO, M. RISSIN, A. 2003. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. **Cadernos de Saúde Pública**, 19 supl.1, p. 389-414.

BENFAM (Sociedade Civil Bem-estar Familiar no Brasil) 1997. **Pesquisa nacional sobre demografia e saúde 1996**. Rio de Janeiro: Benfam.

BENÍCIO, M.H.A.; MONTEIRO, C.A. 1997. **Risco de ocorrência da desnutrição infantil nos municípios brasileiros**. Brasília: Unicef, 282 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. 1999. Secretaria de Políticas de Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 48 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. 2002. **Guias alimentares para crianças menores de dois anos**. Brasília: Ministério da Saúde, 145 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. 2004. **Diagnóstico de Saúde e Nutrição da população do campo: levantamento de dados**. Coordenação geral da Política de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 343 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. 2005. **Relatório de Gestão – 2004**. Coordenação Geral de Vigilância Alimentar e Nutricional. Brasília: Ministério da Saúde, 57 p.

COELHO, F.M.G.; CASTRO, T.G.; CAMPOS, F.M.; CAMPOS, M.T.F.S.; PRIORE, S.E.; FRANCESCHINI, S.C.C. 2005. Educação para promoção da saúde infantil: relato de experiência em um assentamento de reforma agrária, Vale do Rio Doce (MG). **Ciência e Saúde Coletiva**, **10** (3): 739-747.

ENGEL, P.L; CASTLE, S; MENON, P. 1996. Child development: vulnerability and resilience. **Social Science and Medicine**, **43** (5): 621-635.

GRIZENKO, N; FISCHER, C. 1992. Review of studies of risk and protective factors for psychopathology in children. **Canadian Journal of Psychiatry**, **37** (10): 711-721.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <http://www.ibge.com.br>. Acesso em 25 de fevereiro de 2007.

MONTE, C.M.G. 2000. Desnutrição: um desafio secular a nutrição infantil. **Jornal de Pediatria**, **76** (supl3): S285-S298.

MONTEIRO, C. A. 2000. Evolução da Nutrição Infantil nos anos 90. In: Monteiro, C. A (Org.) **Velhos e novos males da saúde no Brasil: a evolução do país e das doenças**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, Nupens/USP, p. 375-392.

PERESTRELO, J.P.P.; MARTINS, I.S. 2003. Modernização rural: transformações econômicas e suas implicações demográficas, epidemiológicas e nutricionais nos municípios de Monteiro Lobato e Santo Antônio do Pinhal. **Saúde e Sociedade**, **12** (2): 01-19.

RISSIN, A.; BATISTA FILHO, M.; BENÍCIO, M.H.A.; FIGUEIROA, J.N. 2006. Condições de moradia como preditores de riscos nutricionais em crianças de Pernambuco, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, **6** (1): 59-67.

ROMANI, S.A.M.; LIRA, I.C. 2004. Fatores determinantes do crescimento infantil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, **4** (1): 15-23.

SILVA, D.G.; FRANCESCHIN, S.C.C.; PRIORE, S.E.; SZARFARC, S.C.; SOUZA, S.B.; ALMEIDA, L.P.; LIMA, N.M.M.; MAFFIA, U.C.C. 2002. Anemia ferropriva em crianças de 6 a 12 meses atendidas na rede pública de saúde do município de Viçosa, Minas Gerais. **Revista de Nutrição**, **15** (3): 163-169.